

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.415 - DF (2019/0231008-0)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : WAGNER CANHEDO AZEVEDO  
**AGRAVANTE** : WAGNER CANHEDO AZEVEDO FILHO  
**AGRAVANTE** : IZAURA VALERIO AZEVEDO  
**AGRAVANTE** : CESAR ANTONIO CANHEDO AZEVEDO  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS - DF009466  
BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU - DF043143  
**AGRAVADO** : EUSTÁQUIO ISIDORIO DA SILVA  
**ADVOGADO** : JOÃO AMÉRICO PINHEIRO MARTINS - DF010434  
**INTERES.** : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA

### DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **WAGNER CANHEDO AZEVEDO E OUTROS**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fl. 262, e-STJ):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. DECISÃO MANTIDA. I. Para efeito da desconsideração da personalidade jurídica, o § 5º do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor não pode ser interpretado literal ou isoladamente, sendo de rigor sua compreensão à luz do desse dispositivo legal e do próprio Código Civil, sob pena de representar, em descompasso com o caput ordenamento jurídico vigente, a abominação completa e irrestrita da separação entre a pessoa jurídica e seus membros. II. Se a personalidade jurídica do ente moral pudesse ser afastada pelo simples fato de constituir, “de alguma forma”, empecilho à indenização do consumidor, logicamente o do artigo 28 não teria caput nenhum significado jurídico, já que as balizas nele sinalizadas seriam absolutamente despiciendas ante a possibilidade da ampla e incondicional desconsideração da personalidade jurídica sugerida pela interpretação rasa e literal do § 5º. III. Contendo os autos elementos hábeis a sinalizar que o obstáculo à satisfação do crédito do consumidor provém de má administração, considera-se amparada no artigo 28, e § 5º, do Código de Defesa do caput Consumidor, a decisão que desconsidera a personalidade jurídica da sociedade empresária. IV. Recurso conhecido e desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 280-287, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 289-307, e-STJ), os insurgentes alegam ofensa aos artigos 133, § 1º, 1022, II, do CPC/15; 6º, *caput* e § 1º, 53, III, 66 da Lei 11.101/05; 50 do Código Civil; 28, *caput* e § 5º, do CDC; .

Sustentam, em síntese: **a)** omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar teses relevantes ao deslinde da controvérsia, quais sejam: *i)* ausência dos requisitos legais para

# Superior Tribunal de Justiça

a desconsideração da personalidade jurídica; *ii*) a empresa desconsiderada encontra-se em recuperação judicial e não pode dispor de seu patrimônio; **b**) ausência dos pressupostos legais para a desconsideração da personalidade jurídica; **c**) todo o acervo patrimonial da empresa executada se encontra à disposição dos credores, da sociedade e do juízo, não havendo que se falar em falta de lastro patrimonial para o cumprimento de sua obrigação; **d**) competência universal do juízo recuperacional.

Contrarrazões às fls. 317-323, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 324-325, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 328-343, e-STJ), em que os recorrentes impugnam a decisão agravada.

Sem contraminuta (fl. 346, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** Os insurgentes apontam violação ao artigo 1022, II, do CPC/15, sustentando omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar teses relevantes ao deslinde da controvérsia, quais sejam: *i*) ausência dos requisitos legais para a desconsideração da personalidade jurídica; *ii*) a empresa desconsiderada encontra-se em recuperação judicial e não pode dispor de seu patrimônio.

Constata-se, da leitura do aresto objurgado, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte local, ao apreciar os recursos interpostos pela parte, dirimiu a controvérsia e decidiu as questões postas à apreciação de forma ampla e fundamentada, sem omissões, expondo os motivos para o desprovimento do recurso interposto pelos agravantes, manifestando-se de forma expressa acerca dos requisitos legais considerados para a desconsideração da personalidade jurídica e abordando o fato da empresa se encontrar em recuperação judicial, consoante seguintes trechos do julgado (fls. 264-266, e-STJ):

Não há como se vislumbrar a inconsistência jurídica da decisão agravada no que diz respeito aos requisitos substanciais para a desconsideração da personalidade jurídica, sobretudo em função do disposto no artigo 28, § 5º, da Lei 8.078/1990. Na esteira do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Trata-se da aplicação da denominada que teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica pressupõe, unicamente, a insolvência da pessoa jurídica. Esse foi o quadro é divisado nos autos do cumprimento de sentença, conforme se colhe do seguinte trecho da decisão agravada (fls. 1/4 ID 3568347):

(...)

É claro que o § 5º do artigo 28 da Lei Protecionista não pode ser interpretado isoladamente, sendo de rigor sua compreensão à luz do *caput* desse dispositivo legal e do próprio Código Civil, sob pena de representar, por si só, a abominação completa e irrestrita da separação entre a pessoa jurídica e seus membros.

Se a personalidade jurídica do ente moral pudesse ser afastada pelo simples fato de constituir, “de alguma forma”, empecilho à indenização do consumidor, logicamente o *caput* do artigo 28 não teria nenhum significado jurídico, já que as balizas nele sinalizadas seriam absolutamente

# Superior Tribunal de Justiça

despiciendas ante a possibilidade da ampla e incondicional desconsideração sugerida pela interpretação rasa e literal do § 5º.

É preciso, assim, que o elastecimento previsto neste preceito normativo seja interpretado segundo os cenários de ilicitude ou irregularidade moldados no caput, ao qual o § 5º deve, no mínimo, coerência exegética.

Mas ainda que a r. decisão agravada não tenha abordado a questão sob esse enfoque jurídico, dos seus termos parece ser possível extrair que a falta de lastro patrimonial para a satisfação do crédito do Agravado, um dos muitos credores da executada, denota a sua paralisia empresarial e sinaliza a má administração, circunstâncias que foram levadas em conta para a desconsideração da personalidade jurídica.

É exatamente esse contexto de irregularidade empresarial que, conjugado à insatisfação do crédito do consumidor, parece ter autorizado, na espécie, a desconsideração da personalidade jurídica da Agravante.

A respeito desse largo espectro exegético do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Calha realçar que o princípio da menor onerosidade, tal como delineado no artigo 805 do Código de Processo Civil (CPC/1973, art. 620), não tem o condão de prejudicar ou criar empecilhos injustificados à satisfação do crédito do exequente. A propósito, decidiu este Tribunal de Justiça:

(...)

Importa ainda acrescentar que, além de o crédito ter sido constituído após a aprovação do plano de recuperação judicial, em se tratando de desconsideração com vistas a atingir bens dos sócios sequer é possível se cogitar de invasão da competência do Juízo Falimentar. Sobre o tema, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...). [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador apreciou as teses apresentadas pelas partes, inclusive as apontadas como omissas nas razões recursais, em conjunto com o acervo probatório dos autos, em decisão suficientemente fundamentada, porém em sentido contrário ao pretendido pelos recorrentes, o que não configura negativa de prestação jurisdicional ou deficiência de fundamentação. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO E OMISSÃO NÃO CONSTATADAS. 2. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. 3. CARÁTER PROTELATÓRIO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015 PELO TRIBUNAL LOCAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO. **1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional. [...]** 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.263.748/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJE 13/08/2018) [grifou-se]

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA. **1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo órgão julgador de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões ou contradições, portanto, deve ser afastada a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota para a resolução da causa fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta, como ocorre na hipótese. Precedentes. [...]** 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.669.141/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018) [grifou-se]

Na mesma linha, precedentes: AgRg no REsp 1291104/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 02/06/2016; AgRg no Ag 1252154/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1395221/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013.

**Não é demais lembrar, a orientação desta Corte, no sentido de que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.**

Nesse sentido, são os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 55.751/RS, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 14.6.2013; AgRg no REsp n. 1.311.126/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 22.5.2013; REsp n. 1244950/RJ, Terceira Turma, Relator o Ministro Sidnei Beneti, DJe 19.12.2012; e EDcl no AgRg nos EREsp n. 934.728/AL, Corte Especial, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 29.10.2009.

Ressalta-se que não há falar em deficiência de fundamentação do julgado quando não acolhida a tese ventilada pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia, como ocorre na hipótese.

Inexiste, portanto, violação ao artigo 1022, II, do CPC/15, visto que as questões foram apreciadas pelo Tribunal de origem, cuja fundamentação foi clara e suficiente para o deslinde da controvérsia.

**2. Os insurgentes apontam ofensa aos artigos 50 do Código Civil, 28, caput e § 5º, do CDC, 133, § 1º, do CPC/15, 53, III, e 66 da Lei 11.101/05, sustentando ausência dos pressupostos legais para a desconsideração da personalidade jurídica e que todo o acervo patrimonial da empresa executada se encontra à disposição dos credores, da sociedade e do juízo, não havendo que se falar em falta de lastro patrimonial para o cumprimento de sua obrigação.**

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 264-266, e-STJ):

Não há como se vislumbrar a inconsistência jurídica da decisão agravada no que diz respeito aos requisitos substanciais para a desconsideração da personalidade jurídica, sobretudo em função do disposto no artigo 28, § 5º, da Lei 8.078/1990. Na esteira do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

# Superior Tribunal de Justiça

(...)

**Trata-se da aplicação da denominada que teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica pressupõe, unicamente, a insolvência da pessoa jurídica. Esse foi o quadro é divisado nos autos do cumprimento de sentença, conforme se colhe do seguinte trecho da decisão agravada** (fls. 1/4 ID 3568347):

(...)

É claro que o § 5º do artigo 28 da Lei Protecionista não pode ser interpretado isoladamente, sendo de rigor sua compreensão à luz do *caput* desse dispositivo legal e do próprio Código Civil, sob pena de representar, por si só, a abominação completa e irrestrita da separação entre a pessoa jurídica e seus membros.

Se a personalidade jurídica do ente moral pudesse ser afastada pelo simples fato de constituir, “de alguma forma”, empecilho à indenização do consumidor, logicamente o *caput* do artigo 28 não teria nenhum significado jurídico, já que as balizas nele sinalizadas seriam absolutamente despidiendas ante a possibilidade da ampla e incondicional desconsideração sugerida pela interpretação rasa e literal do § 5º.

É preciso, assim, que o elastecimento previsto neste preceito normativo seja interpretado segundo os cenários de ilicitude ou irregularidade moldados no *caput*, ao qual o § 5º deve, no mínimo, coerência exegética.

Mas ainda que a r. decisão agravada não tenha abordado a questão sob esse enfoque jurídico, dos seus termos **parece ser possível extrair que a falta de lastro patrimonial para a satisfação do crédito do Agravado, um dos muitos credores da executada, denota a sua paralisia empresarial e sinaliza a má administração, circunstâncias que foram levadas em conta para a desconsideração da personalidade jurídica.**

**É exatamente esse contexto de irregularidade empresarial que, conjugado à insatisfação do crédito do consumidor, parece ter autorizado, na espécie, a desconsideração da personalidade jurídica da Agravante.**

A respeito desse largo espectro exegético do artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Calha realçar que o princípio da menor onerosidade, tal como delineado no artigo 805 do Código de Processo Civil (CPC/1973, art. 620), não tem o condão de prejudicar ou criar empecilhos injustificados à satisfação do crédito do exequente. A propósito, decidiu este Tribunal de Justiça:

(...). [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto, tendo por base o conjunto fático e probatório dos autos, consignou que, na hipótese, foi aplicada a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, que pressupõe, unicamente, a insolvência da pessoa jurídica, bem assim que esse foi o quadro divisado nos autos do cumprimento de sentença (fl. 264, e-STJ).

A Corte Distrital concluiu, ainda, que "a falta de lastro patrimonial para a satisfação do crédito do Agravado (...) denota a sua paralisia empresarial e sinaliza a má administração, circunstâncias que foram levadas em conta para a desconsideração da personalidade jurídica" (fl. 266, e-STJ), tendo por fundamento o artigo 28, § 5º, do CDC.

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar a apontada ausência de satisfação dos requisitos legais para a desconsideração da personalidade jurídica, segundo as razões vertidas no apelo

# Superior Tribunal de Justiça

extremo, seria imprescindível o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

Ademais, esta Corte Superior de Justiça possui jurisprudência no sentido de que a aplicação da Teoria Menor da desconconsideração da personalidade jurídica da empresa é justificada pelo mero fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do § 5º do art. 28 do CDC.

Nesse sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TEORIA MENOR. APLICABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O acórdão recorrido enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, mediante clara e suficiente fundamentação, de modo que não merece reparo algum. 2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo" (Súmula 211/STJ). **3. A aplicação da Teoria Menor da desconconsideração da personalidade jurídica da empresa é justificada "pelo mero fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do § 5º do art. 28 do CDC"** (REsp 1.735.004/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 26/6/2018, DJe 29/6/2018). 4. **Em recurso especial, é inviável o reexame de matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ.** 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.439.557/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19.09.2019, DJe 24.09.2019) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO. SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DE MÉRITO. ART. 515, § 3º, DO CPC/73. APELAÇÃO. CAUSA MADURA. REQUISITOS. PRESENÇA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CONTRADITÓRIO DIFERIDO. CPC/73. INCIDÊNCIA DO CDC. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. SÚMULA 283/STF. COOPERATIVA HABITACIONAL. SÚMULA 602/STJ. TEORIA MENOR. ART. 28, § 5º, DO CDC. OBSTÁCULO AO RESSARCIMENTO DOS PREJUÍZOS. SUFICIÊNCIA. 1. (...). **11. De acordo com a Teoria Menor, a incidência da desconconsideração se justifica: a) pela comprovação da insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, somada à má administração da empresa (art. 28, caput, do CDC); ou b) pelo mero fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do § 5º do art. 28 do CDC.** 12. Na hipótese em exame, segundo afirmado pelo acórdão recorrido, a existência da personalidade jurídica está impedindo o ressarcimento dos danos causados aos consumidores, o que é suficiente para a desconconsideração da personalidade jurídica da recorrente, por aplicação da teoria menor, prevista no art. 28, § 5º, do CDC. 13. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. (REsp

# Superior Tribunal de Justiça

1.735.004/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.06.2018, DJe 29.06.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA SOCIEDADE. RELAÇÃO CONSUMERISTA. REQUISITOS. INSOLVÊNCIA. ENCERRAMENTO IRREGULAR DAS ATIVIDADES. REVOLVIMENTO DE ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. (...). 2. **"O art. 28 do CDC dispõe que a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, no âmbito das relações consumeristas, se efetivará: a) quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social; b) falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração; c) sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores"** (AgRg no AREsp 563.745/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe de 30/06/2015). 3. O Tribunal a quo, analisando o contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela insolvência da agravante e pelo encerramento irregular de suas atividades. 4. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.006.254/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO RECORRIDA. PUBLICAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DO CPC/2015. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ. 2. **No caso concreto, a análise das razões apresentadas pelos recorrentes, quanto à ausência de requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial.** 3. Consoante jurisprudência desta Corte, tratando-se de relação de consumo, é possível a desconsideração da personalidade jurídica quando esta representar obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do art. 28 do CDC. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 823.555/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10.05.2016, DJe 16.05.2016) [grifou-se]

Com efeito, o entendimento do Tribunal de origem, ao aplicar a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, o que atrai a incidência do teor da Súmula 83/STJ, a

# Superior Tribunal de Justiça

impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Por fim, apontam os insurgentes violação ao artigo 6º, *caput* e § 1º, da Lei 11.101/05, sustentando a competência universal do juízo recuperacional.

No particular, extrai-se do aresto recorrido (fls. 264-266, e-STJ):

Trata-se da aplicação da denominada que teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica pressupõe, unicamente, a insolvência da pessoa jurídica. Esse foi o quadro é divisado nos autos do cumprimento de sentença, conforme se colhe do seguinte trecho da decisão agravada (fls. 1/4 ID 3568347):

Assim, inviável acolher a tese de indeferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica, pois, **em se tratando de crédito posterior ao deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, não há que se falar em suspensão da execução e, muito menos, em competência exclusiva do Juízo da Recuperação Judicial.**

(...)

Importa ainda acrescentar que, **além de o crédito ter sido constituído após a aprovação do plano de recuperação judicial, em se tratando de desconsideração com vistas a atingir bens dos sócios sequer é possível se cogitar de invasão da competência do Juízo Falimentar.** Sobre o tema, decidiu o Superior Tribunal de Justiça: (...). [grifou-se]

Denota-se que a Corte local, na hipótese, consignou que o crédito foi constituído após a aprovação do plano de recuperação judicial e que a desconsideração visa atingir os bens dos sócios, razão pela qual rejeitou a alegação de competência do Juízo da Recuperação Judicial (fl 266, e-STJ).

O entendimento do Tribunal *a quo*, no ponto, encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior, no sentido de que se o patrimônio da empresa recuperanda não é objeto de constrição, mas sim bens dos sócios, não se cogita de competência do juízo recuperacional para decidir sobre a execução do crédito reclamado. A propósito, citam-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÚMULA Nº 480/STJ. 1. A desconsideração da personalidade jurídica de empresa recuperanda por juízo diverso daquele em que se processa a recuperação judicial não caracteriza, por si só, conflito de competência. 2. Se o patrimônio da recuperanda não é objeto de constrição no juízo trabalhista, mas, sim, bens dos sócios, não se cogita de competência do juízo recuperacional para decidir sobre a execução do crédito reclamado. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC 149.346/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13.09.2017, DJe 19.09.2017) [

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO UNIVERSAL E JUÍZO TRABALHISTA. CONSTRIÇÃO DE BENS DE SÓCIO DA RECUPERANDA NÃO ABARCADO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONFLITO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Consoante a reiterada



# *Superior Tribunal de Justiça*

jurisprudência desta Corte Superior, não existe conflito de competência quando o bem constrito é de propriedade de sócio da empresa em recuperação judicial, em razão da aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, pois, salvo decisão do Juízo da recuperação em sentido contrário, os bens dos sócios ou de outras sociedades do mesmo grupo econômico da devedora não estão sujeitos à recuperação judicial. Precedentes. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no CC 155.003/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.02.2018, DJe 28.02.2018)

AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - CONSTRIÇÃO DE BENS DOS SÓCIOS - INEXISTÊNCIA DE CONFLITO - SÚMULA 480/STJ. 1. Não configura conflito de competência, em regra, a constrição de bens dos sócios da empresa em recuperação judicial, à qual foi aplicada, na Justiça Especializada, a desconsideração da personalidade jurídica. Precedentes. 2. Agravo interno desprovido. (AgInt no CC155.358/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.05.2018, DJe 30.05.2018)

Inafastável, portanto, a incidência do teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

4. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator